

HUMBERTO GOMES DE BARROS
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

I — INCOMPATIBILIDADE APARENTE

Aqui estou, na Escola de Engenharia, falando para engenheiros, dissertando sobre temas jurídicos.

Estaríamos aqui, os dois extremos da intelectualidade humana:

— de um lado, o jurista, empolado, a falar difícil, lançando a esmo expressões latinas que ninguém entende?

— de outra parte, os engenheiros, homens práticos, de soluções imediatas, singelas e seguras?

Estaríamos aqui, a representar duas formas de pensamento:

— o jurista, cultor do raciocínio indutivo, a se conduzir na esteira dos precedentes jurisprudenciais e dos ensinamentos doutrinários?

— o físico, orientado pelo método dedutivo, das observações gerais para a conclusão particular?

Nossa formação cultural nos induz a responder positivamente a essas indagações.

Com efeito, desde os tempos de escola secundária, nos acostumamos a dizer e ouvir expressões como:

— Sou péssimo em matemática, por isto, vou fazer Direito;

— Detesto estas besteiras de história e literatura; meu negócio é engenharia.

Essas duas frases traduzem o maior engano de nossa pedagogia: aquele consistente em dividir os homens em técnicos e intelectuais, vale dizer: entre os que trabalham com a realidade e aqueles que se dedicam aos valores metafísicos.

Os engenheiros seriam os mais eloqüentes exemplos de técnicos.

Intelectuais típicos seriam os juristas.

O erro de semelhante classificação extremada está em obscurecer a circunstância de que ninguém pode se limitar a tão estreito grau de especialização: quem quiser servir bem à sociedade haverá de ser um humanista — um indivíduo capaz de perceber as diversas manifestações do espírito humano.

O advogado que não souber calcular a área de um imóvel será um eterno inseguro, capaz de colocar em risco a ação imobiliária sob seu patrocínio.

De igual modo, o engenheiro que ignorar o código de edificações não conseguirá alvará de "habite-se" para as construções que vier a levantar.

Fenômeno semelhante ocorre com médicos, industriais, comerciantes e quaisquer profissionais inseridos no organismo social.

No que se refere às carreiras jurídicas, a deformação cultural acarreta um vício terrivelmente lesivo, a fazer com que percamos de vista a profunda semelhança entre Direito e Física.

O Direito surgiu com a humanidade.

II — SOCIEDADE E JUSTIÇA

"Não é bom que o homem permaneça solitário"¹. Assim, Deus criou a mulher e, a partir dela, a sociedade. Na natureza, assim como na tradição bíblica, o homem é um animal gregário. Não se concebe o homem solitário como um urso polar, que somente para o acasalamento procura seu semelhante.

Condicionada a viver em bando, a humanidade gerou uma teia de mútua dependência, na qual, ninguém é auto-suficiente. Cada um depende de todos. A interdependência gerou a Sociedade. Por isso, Thomas Paine — o grande pensador político, a quem tanto deve a democracia americana — observou que a maior parte da ordem reinante na humanidade não é obra do governo, mas da natureza.²

Tudo seria muito simples, se o homem trouxesse como carga instintiva a tendência de respeitar automaticamente os limites impostos pela convivência. Isto, entretanto, não ocorre: o ser humano é, por natureza, egocêntrico. Suas necessidades — como registram os economistas — são ilimitadas. O império do antropocentrismo conduziria à lei do mais forte, segundo a qual os bens da vida pertencem àquele que, pela maior força física ou engenho intelectual consegue apreendê-los. Levada às últimas conseqüências, a lei do mais forte conduziria ao caos e ao fim da interdependência.

O conceito de justiça surgiu como antídoto contra a desordem.

Tomo emprestado o comentário de F. E. Oppenheim, a propósito da etiologia da Justiça. Após observar que as questões relativas à Justiça surgem apenas quando os indivíduos opõem reivindicações mutuamente contrastantes, Oppenheim conclui, dizendo:

Isto vem demonstrar, como Hume já observou, que os problemas relativos à Justiça surgem nas comunidades porque os homens são essencialmente interessados em si

¹ Gênesis 2/18.

² Derechos del Hombre — Alianza Editorial — pág. 167.

mesmos e os bens são essencialmente escassos. É apenas no egoísmo e na limitada generosidade dos homens — juntamente com os escassos que a natureza colocou à disposição para suas necessidades — que a Justiça tem suas origens... Aumentai a bondade dos homens ou a abundância da natureza em grau suficiente e tereis tornado inútil a Justiça, substituindo-a com virtudes mais nobres e com bênçãos mais preciosas (A Treatise of Human Nature, 1739, livro III, II parte, 2ª seção).³

Em verdade, a Justiça entre os homens constitui um ideal inatingível. Com efeito, o próprio conceito dessa entidade varia ao sabor da perspectiva: o filho do homem abastado tende a considerar justo o direito de herança; já o que descende do pária enxerga nesse instituto, o mais odioso dos privilégios.

Na impossibilidade de atingir o ideal da Justiça, o homem criou o Estado. O Estado, de sua parte, relacionou os bens da vida e separou as pessoas em categorias, de acordo com o respectivo direito de acesso a tais bens. A partir de então, passou a fazer sentido, como princípio geral de Justiça, a regra "dar a cada um o que é seu."⁴

Assim, a Justiça humana é produto do Estado e varia de acordo com a ideologia dominante. Não faz tanto tempo, entre nós havia uma categoria de homens — os escravos — a quem se negava o mais elementar dos bens da vida: a personalidade.

A identificação dos bens da vida e distribuição entre os indivíduos e categorias humanas gerou o ordenamento jurídico: o conjunto de regras em que se define o comportamento.

A humanidade passou a observar, em sua convivência, um conjunto de leis. Nasceu o Direito.

III — O DIREITO

³ Dicionário de Política — N. Bobbio — Ed. UnB — 2ª ed., pág. 662.

⁴ Cf. H. Kelsen — O Que É Justiça? — Ed. Martins Fontes — 1998 —pág. 14.

A noção de Justiça fez nascer o Direito que, em ligeiríssima e superficial síntese, podemos conceituar como o conjunto de regras, dotadas de força coercitiva que preside a convivência entre os homens.

Existe profunda analogia entre o Direito e a Física.

Pontes de Miranda, o maior de nossos juristas, percebeu esta afinidade.

Percebeu e sobre ela construiu sua doutrina.

Na concepção pontiana, o Direito é uma ciência positiva cuja natureza ele próprio delimita em passagem de admiráveis beleza e precisão. Diz ele:

"Que é direito?

É o que estabelece a solução dos conflitos da vida social; a porteira que dá passagem a um, dois ou três, e se fecha para os outros, com o fim, que lhe é essencial, de permitir que a seu tempo, passem todos.

— Onde ele reside? Nos nossos espíritos ?

É muito frágil repositório para energias que domam a todos; e uma coisa é o direito e outra a idéia, o sentimento do direito.

Nos códigos e nas leis escritas?

Não; que não precisa ele de estar no papel para atuar, nem tudo que se lança nos pergaminhos, nos livros, nos diários oficiais, ainda que leis se diga, merece o nome de regra jurídica.

Na sociedade?

Sim; é ali que o haveis de encontrar, na vida social, um de cujos elementos é ele; e se quereis vê-lo, provocai-o, feri-o, que não

tardará o vejais no que ele tem de mais perceptível, que é a coerção, ou no que há de mais geral e revelador da solidariedade inerente aos corpos sociais, a garantia."⁵

A Sociedade é, assim, o universo do jurista. Nela se desenvolvem sistemas lógicos subordinados a proposições referentes às circunstâncias da vida.

Tais proposições agrupam-se em um conjunto hierarquicamente ordenado e funcionam, no universo social, como as leis físicas, disciplinadoras dos fenômenos da natureza e da coexistência entre corpos inanimados.

A Física é a ciência que estuda os fenômenos da natureza e apreende as leis que os presidem, traduzindo-os em proposições, a partir de conceitos que as tornam perceptíveis ao entendimento humano.

O Direito é a ciência que estuda o relacionamento entre os homens, apreendendo os princípios que os governam, para transformá-los em regras jurídicas.

Tais regras existem na sociedade. A função do Direito é apurar-lhes o conteúdo, conceituá-las e transformá-las em proposições; em regras jurídicas que se agrupam em um contexto harmônico: o ordenamento jurídico.

Há notável analogia entre a regra jurídica e a lei física:

Tomemos em consideração dois corpos inanimados e duas pessoas humanas.

Imaginemos que os dois corpos sem vida se colocam dentro dos respectivos campos de gravidade.

⁵ Sistema de Ciência Positiva— 1922, vol. 1º, pág. 72.

Imaginemos, ainda, que um dos homens mata o outro, dolosamente.

Em obediência à lei da gravidade, os corpos atrair-se-ão mutuamente, na razão direta das respectivas massas e inversa do quadrado da distância em que se encontrem.

Já o homicida, em razão do art. 121 do Código Penal, deverá sofrer prisão.

Como se percebe, tanto na Física como no Direito, toma-se a lei relativa a determinado acontecimento para aplicá-la a uma situação específica. Desta operação decorre resultado predeterminado.

Ao físico, é possível, a partir do conhecimento das leis universais, disparar um foguete em direção a um dos outros planetas do sistema solar. No momento do disparo, haverá a certeza de que o alvo será atingido, em determinados local e momento.

Ao jurista, tamanha precisão é impossível. É que ele lida com entidades inteligentes, dotadas de vontade.

Reside aí a grande limitação do direito.

Reside aí, também, o seu profundo encanto: fazer com que os homens convivam em harmonia, sem lhes violentar a inteligência e a liberdade.

Se assim ocorre, constatou Pontes de Miranda:

"Tudo nos leva, por conseguinte, a tratar os problemas do Direito como os físicos: vendo-os no mundo dos fatos, mundo seguido do mundo jurídico, que é parte dele."

O Direito deve ser tratado como ciência positiva.

Seus problemas devem ser tratados com os métodos da física,

Para tanto, é necessário prestigiar-se o método dedutivo, em paralelo ao raciocínio indutivo.

Este último, tão caro aos velhos aplicadores das leis, conduz, sempre, à interpretação servil do texto legal, sem a percepção de seu alcance social e ao cárcere alucinante da jurisprudência cristalizada.

As questões jurídicas devem ser tratadas como teoremas, cujas demonstrações se desenvolvem em três planos a saber: da existência, da validade e da eficácia.

No exame do fato jurídico, primeiro é necessário saber se ele existe no mundo do Direito. Se existe, é necessário conferir sua adequação ao Direito (não é nulo, etc). Somente após a verificação desses atributos é que se pode apreciar sua eficácia em determinada situação.

Imagine-se a venda de um imóvel, efetuada mediante procuração falsa. Este negócio, evidentemente, carece de eficácia, como título de transferência patrimonial. Assim, o comprador haverá de perder o dinheiro que pagou como preço do imóvel adquirido.

O ordenamento jurídico, entretanto, não se conformaria, na hipótese, com o simples retorno do prédio a seu dono. Nele está prevista sanção penal contra quem falsificou a procuração e quem a utilizou maliciosamente.

De sua vez, o comprador de boa-fé terá direito ao ressarcimento do prejuízo que sofreu com o ato ilícito.

Anomalias como os delitos ocorrem também na vida profissional do engenheiro.

Um edifício pode se deteriorar em razão de fenômenos naturais imprevisíveis ou por culpa de quem o construiu.

Para evitar a ruína, o engenheiro vale-se de outras leis da física, para, utilizando macaco-hidráulico, escorar a obra ou equilibrá-la, com balanços e contrapesos.

Por igual, o engenheiro espacial corrige o rumo das naves interplanetárias, utilizando pequenos foguetes que executam a Lei de Newton.

Como se percebe, juristas e engenheiros mantêm grande afinidade de métodos, tanto na administração da normalidade, quanto no ajuste das anomalias.

A circunstância de o Direito não constituir ciência exata é irrelevante: depois da teoria quântica e da recentíssima teoria do caos, a física já começa a se orgulhar por não ser absolutamente exata.

Einstein, na construção de sua teoria, encontrou dificuldade para explicar a aparentemente paradoxal coesão do Universo. Para superar tal impasse, intuiu a existência de algo a que chamou "matéria escura". Posteriormente, renegou tal intuição. Seus seguidores, entretanto, vieram a constatar que o pressentimento do Gênio correspondia à realidade: a "matéria escura existe". Lembro este episódio, para destacar a circunstância de que na física muitas vezes é necessário confiar na imaginação, para explicar o inexplicável.

No Direito, isto também acontece: há normas que parecem não se encaixarem no Ordenamento. Tais regras, por não se afinarem com o conjunto, devem-se considerar imprestáveis. Pois bem: assim como Einstein agiu em relação ao universo, "é estrito dever do intérprete, antes de chegar à interpretação ab-rogante (pela qual, num primeiro momento,

optaríamos), tentar qualquer saída para que a norma jurídica tenha sentido. Há um direito à existência que não pode ser negado à norma, desde que ela veio à luz."⁶

Poderíamos, sem exagerar nem invadir a seara dos poetas, construir a metáfora de que "o jurista é o físico da sociedade" ou de que "o físico é o jurista do universo".

IV — A FUNÇÃO JURISDICIONAL

Como observei há pouco, o direito é um conjunto de normas que disciplinam a convivência social.

Tais normas agrupam-se em um conjunto harmônico, a que se denomina "ordenamento jurídico".

Desgraçadamente, o universo social é instável: os seres que nele gravitam — dotados de vida e vontade — freqüentemente desafiam as regras jurídicas, cometendo delitos e desequilibrando o ordenamento.

Tais delitos (de natureza penal ou civil) geram conflitos de pretensões que devem ser compostos para que se mantenha a convivência social.

De tão ameadados, os delitos tornaram necessário o exercício de uma função estatal: a jurisdição.

Em convivência com as funções legislativa e administrativa, a jurisdição distingue-se por ser um exercício de substituição.

A função jurisdicional caracteriza-se por traduzir uma atividade de substituição. Em seu exercício, o Estado substitui a vontade de uma ou diversas pessoas, para colocar termo em determinado conflito de pretensões.

⁶ Messineo, apud N. Bobbio, Teoria do Ordenamento Jurídico, Ed. UnB, 8ª edição, pág. 105.

É comum duas pessoas excluïrem-se mutuamente, na afirmação de direito sobre um mesmo bem da vida.

Forma-se, então, o litígio: uma das partes manifesta sua pretensão enquanto a outra opõe resistência.

A solução ideal para tais lides é a que se obtém mediante renúncia, transigência ou qualquer outro modo de solução amigável.

Impossibilitada a composição espontânea, faculta-se a qualquer dos litigantes o direito de ação — direito potestativo de provocar o Estado, para que — após ouvir as partes — diga a quem pertence o objeto da lide.

O exercício da ação faz emergir o dever de o Estado prestar jurisdição.

A prestação jurisdicional não se limita à resposta. Ela, efetivamente, coloca fim ao litígio: o Estado substitui a vontade de um dos contendores, proclamando a vitória do outro.

Abro, aqui, parênteses, no escopo de relembrar uma das características do Direito a que me referi há pouco: a coerção. Vale dizer: a capacidade de impor pela força os preceitos que o integram. Por efeito da coerção, o Estado, não apenas substitui a vontade de uma das partes. Ele também a impõe, usando, para tanto, de força.

Como se percebe, a função jurisdicional é atividade essencial para a manutenção do equilíbrio social.

Seu exercício é confiado aos juizes.

V — O JUIZ

Nem sempre foi assim.

Houve época em que as pendências eram resolvidas por pessoas supostamente inspiradas pela divindade: reis, oráculos, etc.

Em tempos não distantes, as lides eram superadas através de ordálias: os litigantes entravam em combate, no qual Deus propiciava a vitória àquele que estivesse com razão. Uma espécie muito comum de ordália era aquela em que o pretense titular do direito era obrigado a segurar um pedaço de ferro em brasa. Sua pretensão estaria vitoriosa, caso as mãos não se queimassem. Inda hoje, quando queremos garantir a excelência de algo ou de alguém, usamos a expressão: por ele, eu ponho a mão no fogo.

Hoje, a função de resolver litígios é reservada ao Estado, que a transfere a homens investidos de jurisdição: os juízes.

O juiz seria, assim, um sucessor da divindade.

Não é bem assim. Ao contrário do que ocorria nos julgamentos feitos em nome de Deus, o magistrado não decide a causa, com base em sua íntima convicção. Ele está vinculado às regras jurídicas. Sua função é aplicá-las ao caso concreto. Cada julgamento é um teorema, cuja demonstração fica a cargo do magistrado; no Estado moderno é um escravo da lei.

Antes de tudo, porém, ele é um homem e, além disso, um cidadão que integra a sociedade. Sua vida é uma permanente exposição a tentações e ameaças capazes de viciar a decisão. Para imunizá-lo contra estes perigos, a solução seria trancá-lo em um isolamento, à semelhança das sacerdotisas que auscultavam os oráculos. Semelhante providência não seria, contudo, proveitosa.

É que, embora vinculado inteiramente às normas jurídicas, o Juiz necessita conviver entre seus semelhantes, para conhecer-lhes as

dificuldades e os anseios. Só assim, lhe será possível dirigir a lei, para os fins sociais a que ela se destina.

Por outro lado, o isolamento tende a tornar o recluso um homem frio, indiferente, com tendência à arrogância.

No propósito de prevenir semelhantes ameaças, concebeu-se um conjunto de garantias e limites não aplicáveis aos demais funcionários.

As garantias especiais da magistratura traduzem-se em três prerrogativas: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

A restrição maior é o processo: itinerário a ser obrigatoriamente cumprido e no qual, através do contencioso, as partes defendem suas pretensões e criticam as de seus adversários. O direito ao processo legal é uma das maiores conquistas da civilização ocidental.

VI — O PROCESSO

Para atingir seu objetivo, a função jurisdicional deve percorrer itinerário rígido, traçado em lei específica: o processo.

O processo é uma sucessão de atos em que cada litigante sustenta sua pretensão, no escopo de vê-la preponderar sobre a do opositor.

Por isso, o processo é fator de garantia — tanto de defesa, quanto de imparcialidade do julgador.

De tão importantes para a obtenção da justiça, as regras processuais integraram as reivindicações apresentadas pelos barões ao Rei João Sem Terra, nos primórdios da Inglaterra.

O Professor Hélio Tornaghi enxerga no processo um compromisso entre a justiça e a segurança.

Por isto, qualquer desvio do itinerário processual constitui delito capaz de acarretar a nulidade dos atos dele resultante.

A rigidez processual gera lentidão e atraso na solução do conflito. No entanto, não é prudente deixá-la ao largo.

VII — AS PROVAS

O processo inicia-se quando uma pessoa demanda o Estado em busca de solução para a controvérsia em que está envolvida.

Nesta petição, o demandante fornece ao Estado (já então personificado no Juiz) elementos que, a seu sentir, conduzem à vitória de sua pretensão.

Em seu arrazoado, o demandante instrui o Juiz, narrando-lhe fatos que, em conjunção com as normas jurídicas, devem conduzir a pretensão à vitória.

Bem a propósito, o termo instruir deriva de *in-struere*, que, de sua vez, refere-se ao fornecimento de meios para *con-struere*⁷.

Em reforço ao que afirmei acima — no sentido de que o jurista é um engenheiro social — a sentença é uma construção lógica.

A sentença é o resultado de um silogismo em que funcionam como premissas, de um lado, as normas legais e, de outro, os fatos sobre os quais se assenta o litígio.

A premissa legal dispensa instrução: presume-se que o juiz conhece o direito.

⁷ F. Carnelutti, apud J. Frederico Marques — Instituições de Direito Processual Civil — 2ª ed — Forense/ 1962, III Vol. —pág. 349.

Já aquela relativa aos fatos necessita ser apresentada ao julgador, para que ele os conheça com segurança e deles retire as consequências jurídicas.

A apresentação dos fatos envolve grandes dificuldades — tanto maiores quando se leva em conta a circunstância de que cada uma das partes pode ter deles uma versão, acomodada a seus interesses, contraditória com aquela oferecida pelo opositor.

Faz-se, pois, necessária a prova. Vale dizer a apresentação de indícios capazes de induzir a convicção de que os fatos alegados realmente aconteceram.

Tornou-se, assim, necessária a criação de normas disciplinadoras da prova. Algumas delas estabelecem os meios adequados à produção de determinada prova; outras, à forma da respectiva coleta.

A teor de tais normas, não se toma conhecimento de prova coletada por meios ilícitos. Tampouco se tem como provada a venda de imóvel efetivada por meio de instrumento particular.

É que o juiz — ao contrário do pesquisador físico — não se pode dar ao requinte de obter a verdade absoluta. Como observou o grande e saudoso processualista Lopes da Costa,

"Em processo, porém, a pesquisa da verdade não é somente um problema de lógica, mas também um problema político."⁸

O Estado tem pressa na solução dos conflitos, para que eles não se eternizem.

Por isto, o Juiz se contenta com a verdade formal: aquela que resulta da submissão da prova aos preceitos legais.

⁸ Direito Processual Civil. Ed. Konfino. 2ª ed. Konfino/1947/Vol. II, pág. 202.

Parece-me correto dizer que a prova judicial é o acerto dos fatos ao direito.

VIII — PROVA PERICIAL

Nosso direito é liberal na admissão de provas.

O Art. 332 do Código de Processo Civil admite todos os meios de prova moralmente lícitos. Existem, contudo, alguns instrumentos insuficientes para demonstrar determinados fatos: como lembrei há pouco, um documento particular não basta para evidenciar a realização de compra e venda imobiliária.

O Juiz, entretanto, deve avaliar as provas, levando em conta a experiência comum e a observação do que acontece normalmente (CPC, Art. 335).

O Código de Processo Civil disciplina, especificamente, vários instrumentos de prova, tais como: testemunhal, documental, confessional.

Interessa-nos, aqui, somente a prova pericial, cujo escopo é instruir o juiz com elementos cujo conhecimento dependa de conhecimento especial.

Quando a prova de algum fato depender de conhecimento peculiar a determinada atividade humana, o Juiz convoca alguém de sua confiança e o investe na função de perito, transformando-o em auxiliar da justiça (CPC, Art. 139).

A investidura do perito insere o técnico no rol dos particulares em colaboração com o Estado.⁹ Isto significa: o perito sem se tornar servidor público, exerce função típica do Estado. Ao se investir, o perito assume o dever de, empregando toda sua capacidade intelectual, diligenciar em busca da verdade.

⁹ Cf. Celso Antônio Bandeira de Mello — Regime Constitucional dos Servidores da Administração — Ed. RT/1990 — pág. 10.

O perito que, por dolo ou culpa, fornecer informações inverídicas, responderá por perdas e danos, ao tempo em que permanecerá inabilitado, por dois anos, a funcionarem outras perícias. A imposição da responsabilidade civil e da pena de inabilitação pressupõe o desenvolvimento de processo disciplinar, em que se faculte ao acusado plena defesa.

O perito infiel expõe-se, também, à pena cominada pelo Art. 342 do Código Penal a quem fizer "afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral."

Vinculado aos deveres de lealdade e imparcialidade, o perito deve estar acima de qualquer suspeita. Por isto, a Lei estende a ele os motivos de impedimento e de suspeição que limitam as atividades do juiz, do Ministério Público e dos demais auxiliares do juízo. Os motivos de impedimento e suspeição encontram-se relacionados nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil.

No exercício de sua função, outorga-se ao perito a oportunidade de ouvir testemunhas, obter informações e solicitar, para exame, documentos em poder das partes ou de repartições públicas (Art. 429).

A interpretação do Art. 429 deve ser feita em conjunto com o artigo 410, onde se determina que as testemunhas deponham perante o Juiz.

A apreciação sistemática leva ao entendimento de ser lícito ao perito convocar a testemunha e ouvi-la diretamente. Isto resultaria em inutilizar-se a regra do Art. 410. Se assim ocorre, o único modo de ajustar o Artigo 429 ao sistema do Código de Processo Civil é entender que o

perito deve requerer ao juiz a convocação das testemunhas. As testemunhas serão ouvidas, em audiência, pelo juiz.

IX — COMPROMISSO

Até o advento da Lei 8.455/92, a investidura, tanto do perito quanto do assistente técnico, completava-se com a prestação formal do compromisso de cumprir conscienciosamente o encargo que lhe for cometido (Art. 422).

A lei nova tornou desnecessário o compromisso.

Hoje, o perito se compromete com a simples aceitação do encargo.

Em verdade, o compromisso era manifesta inutilidade: ao nomear o perito, o Juiz terá levado em conta sua competência e seriedade.

Exigir-lhe a prestação de compromisso era quase uma injúria.

X — ASSISTENTE TÉCNICO

Faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos.

O assistente técnico era tratado como auxiliar do juízo, ao lado do perito. Era-lhe exigido compromisso e sobre ele incidiam os impedimentos e as suspeições.

A Lei 8.455/92 alterou esta situação, reconhecendo a verdadeira função dos assistentes.

Eles existem para fiscalizar a atividade do perito, evitando que a parte por ele auxiliada venha a ser vítima de engano ou prevaricação.

Longe de serem auxiliares da Justiça, eles são agentes de confiança da parte que os indicou.

A circunstância de não serem formalmente auxiliares da Justiça, não esmaece o largo alcance social de seu trabalho: o assistente técnico é agente fundamental ao seguro exercício do sagrado direito de defesa.